



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Arthur Menescal/Esp.CB/DA.Press



Sem pausa do mandato

Na próxima semana, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) começa as sessões de radioterapia para tratar um câncer de mama e não pretende parar de trabalhar. Damares, inclusive, é integrante da CPMI do INSS, comissão iniciada com base em requerimento que apresentou. Ontem, ela divulgou, no plenário da Comissão de Direitos Humanos, o diagnóstico da doença, emocionou-se, mas logo depois estava em plenário em articulações para a aprovação do PL contra a adultização das crianças nas redes sociais.

Recado para os "inimigos"

Damares mandou um recado para quem lhe deseja mal: "E para aqueles que se autodeclararam inimigos, para aqueles que não gostam de mim e que estão fazendo os comentários mais maldosos me desejando muita dor, sofrimento e morte, lamento informar, mas não será desta vez!".

Milhares de apoios

Ao divulgar o diagnóstico pelas redes sociais, Damares recebeu milhares de mensagens. A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) escreveu: "Querida Senadora Damares, sei da sua imensa força e da fé inabalável que sempre a guiou. Tenho certeza de que esses valores serão fundamentais para vencer mais este desafio". A vice-governadora Celina Leão (PP) registrou: "Força, querida. Vai ficar bem".

Divulgação/Lide Brasília



Intensas transformações no contrato de trabalho

Na abertura do Seminário Econômico Lide, no Hotel Royal Tulip, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou que o país enfrenta um tempo de "intensas transformações" no mundo do trabalho e que o desafio é adaptar a legislação às novas formas de contratação. Ele lembrou que mais de 15 milhões de brasileiros atuam como microempreendedores individuais e que o fenômeno da digitalização e da automação deve modificar ou eliminar cerca de um quinto das ocupações atuais até 2027. O encontro, promovido em parceria com o Lide Brasília, reuniu ministros de Cortes superiores, políticos, autoridades e especialistas de diferentes setores e teve como tema central "O futuro do trabalho e os novos modelos regulatórios".

Inovação sem retrocesso

"Nossa tarefa é compreender como a inovação pode ser incorporada sem retrocesso, mas também sem ilusões de que a legislação ou decisões judiciais pontuais possam deter o curso da história. É essencial garantir transições justas, com políticas de requalificação e investimentos em educação e inovação, para que a automação e a livre iniciativa libertem o ser humano, em vez de condená-lo à dependência e à exclusão", afirmou Gilmar Mendes. O ministro é relator da ação que discute a legalidade da pejotização no país. Uma audiência pública no STF marcada para ocorrer em outubro vai debater o tema.

Legislação desatualizada

O presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, destacou a necessidade de modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943, para acompanhar as mudanças da sociedade e dar segurança jurídica às empresas. "O tempo passou, e hoje ela encontra-se desatualizada. As transformações sociais e tecnológicas avançaram demais. O que vivemos hoje no Brasil, e no mundo todo, é uma dificuldade da interpretação das leis e da forma de contratar", afirmou. Segundo o ex-governador do DF, a falta de clareza jurídica afeta diretamente a confiança dos empresários e prejudica a geração de empregos. "Cada vez teremos menos empresas e mais empresários mudando para fora do país, se não enfrentarmos essas inseguranças", completou.

Divulgação/Lide Brasília



Proteção aos vulneráveis com desenvolvimento econômico

Ao participar ontem do Seminário Econômico Lide, que teve como tema central "O futuro do trabalho e os novos modelos regulatórios", o procurador-geral da República, Paulo Gonet, chamou atenção para a necessidade de ajustar conceitos normativos à realidade atual. Ele afirmou que a CLT, com mais de 80 anos, precisa ser reinterpretada diante das inovações tecnológicas e destacou que a legislação deve proteger os mais vulneráveis, mas sem impedir o desenvolvimento econômico.

Divulgação/Lide Brasília



Mudanças legislativas e novos desafios

Ao participar do debate, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) defendeu que o Congresso avance em uma nova rodada de reformas trabalhistas, considerando as mudanças no perfil do trabalhador e a influência da tecnologia. Ela citou pesquisas que apontam que 59% dos brasileiros preferem trabalhar por conta própria, mas ressaltou que 70% dos autônomos gostariam de voltar a ter carteira assinada. "Essa nova realidade ainda está longe de ser um mar de rosas e não se pode naturalizar o fato de trabalhadores estarem mais expostos à precarização e à perda de direitos", afirmou.

Fórum de Direito Público e boas praticas administrativas

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU), realiza hoje, das 18h às 21h30, o I Fórum de Direito Público e Boas Práticas Administrativas, com o tema "Controle, Desjudicialização e Precedentes". Entre os nomes confirmados estão o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; o presidente do TCDF, conselheiro Manoel de Andrade; o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques; o advogado-geral da União, Jorge Messias; a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi; e o desembargador do Tribunal Regional Eleitoral do DF Guilherme Pupe, além de outros especialistas.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EXTREMISMO/ Adolescentes que estariam planejando ataques a duas escolas públicas do DF eram tidos como estudantes comuns. Após o caso, um deles foi expulso. Diretor comunicou o afastamento aos discentes por meio de aplicativo de mensagens

Acima de qualquer suspeita

» DARCIANNE DIOGO

Tidos como estudantes comuns no convívio escolar, os dois adolescentes suspeitos de planejar um ataque a duas escolas públicas do Distrito Federal não despertavam desconfiança em colegas e professores. O **Correio** conversou com estudantes matriculados na mesma instituição de um dos menores, de 17 anos.

Um aluno relatou que, mesmo não sendo da mesma sala, via o suspeito frequentemente nos corredores. "Ele era um menino de boa, falava com muita gente, via ele sorrindo, brincando. Não sei o que teria causado revolta. Na verdade, ninguém sabe", contou ele, relatando que, no dia da propagação da notícia sobre o suposto atentado, muitos estudantes deixaram de ir à escola. "Ficou todo mundo com medo. Os pais mesmos que não deixaram."

Após a operação da Polícia Civil, deflagrada na segunda-feira, que cumpriu mandados de busca e apreensão nas casas dos suspeitos, o diretor comunicou a expulsão do aluno da instituição. Em um áudio repassado aos grupos de WhatsApp de todas as salas, o gestor dá a notícia. "Estamos informando que o aluno já foi expulso e está em tra-



tamento psiquiátrico. Com relação ao outro, comunicamos sobre o ocorrido aos diretores da escola onde ele está matriculado", falou.

Investigação

A operação da Divisão de Prevenção e Combate ao Extremismo Violento da Polícia Civil (DPCEV) resultou na apreensão de objetos e eletrônicos ligados aos menores. Os celulares e computadores passarão por perícia para tentar identificar outros possíveis envolvidos nas ameaças.

Os materiais produzidos pelos dois menores incluíam fotos, vídeos e mensagens trocadas com outras pessoas, nas quais eles afirmavam planejar um atentado às escolas nas quais estudavam. Nas redes sociais, usavam nomes em referência a atradores responsáveis por um massacre nos Estados Unidos.

Discurso de ódio

Pelas falas dos suspeitos, o suposto ataque ocorreria em meados de setembro. Numa das filmagens, um deles diz ao outro que a data inicial não seria possível, pois alguns itens não estavam prontos. Um dos menores sugere: "Eu estava pensando em outra data. Que tal no seu aniversário? Até lá, vai estar tu-

do pronto. O presente vai ser atirar, matar gente". O outro reage: "Você virar maior de idade, aí já posso ir preso". "Já pode ir para o inferno", acrescenta o outro. Em seguida, um deles afirma que planejava comprar uma arma de fogo ilegalmente.

A polícia identificou um site mantido pelos jovens, contendo discursos de ódio contra mulheres, negros e pessoas LGBTQIAPN, além de fazer apologia ao nazismo. Para ampliar o alcance, utilizavam o TikTok, onde algumas contas foram derrubadas pela plataforma, devido ao conteúdo extremista.

No material apreendido, havia transmissões, vídeos e mensagens em fóruns digitais com ameaças e símbolos nazistas. Em um áudio enviado via WhatsApp, um deles afirma: "Se eu pudesse, faria uma espécie de nazismo no Brasil".

Em nota, a Secretaria de Educação informou que encaminhou o caso às autoridades competentes e destacou que a Diretoria de Apoio à Saúde dos Estudantes (Diase) prestará assistência aos envolvidos e às escolas afetadas. "A pasta reafirma seu compromisso com a segurança, o bem-estar e o acompanhamento integral de todos os estudantes, adotando todas as providências necessárias para o esclarecimento e resolução da situação", concluiu.